



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 21, n. 11, art. 5, p. 87-108, nov. 2024

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2024.21.11.5>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



Percepção dos Impactos da Pandemia da Covid-19 nas Micro e Pequenas Empresas de Teresina Entre 2020-2021

Perception of the Impacts of the Covid-19 Pandemic on Micro and Small Businesses in Teresina Between 2020-2021

Taynar Carvalho de Oliveira

Graduada em Economia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: taynarco2@hotmail.com

Edivane de Sousa Lima

Doutora em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Piauí (DECON/UFPI)

E-mail: edivanelima@yahoo.com.br

Endereço: Taynar Carvalho de Oliveira

Universidade Federal do Piauí, Departamento de Ciências Econômicas. Avenida Universitária Ininga 64049550 - Teresina, PI - Brasil.

Endereço: Edivane de Sousa Lima

Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras. Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Departamento de Economia, Ininga 64049-550 - Teresina, PI - Brasil

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 24/08/2024. Última versão recebida em 09/09/2024. Aprovado em 10/09/2024.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de conhecer os efeitos da pandemia da COVID-19 nas micro e pequenas empresas da cidade de Teresina, Piauí, entre 2020 e 2021. O aspecto metodológico utilizado para verificar e realizar essa análise foi uma coleta de dados primários que ocorreu por meio da pesquisa de campo, utilizando-se questionários estruturados, aplicados em 382 micro e pequenas empresas de Teresina em março de 2022. A amostra foi distribuída em percentuais aproximados por zonas da cidade, e as empresas foram selecionadas aleatoriamente. As evidências empíricas revelaram consequências negativas, em sua maioria, para as micro e pequenas empresas da cidade de Teresina, particularmente, em relação ao faturamento anual, ao número de funcionários, horário de funcionamento, entre outros. Com base nos dados obtidos, considera-se que as micro e pequenas empresas estão passando por um grande desafio: superar os efeitos negativos provocados pela pandemia. Dessa forma, seria importante um maior apoio do poder público direcionado ao fortalecimento dos microempreendedores da cidade de Teresina.

Palavras-chave: Economia das Empresas. Crise Sanitária. Piauí.

ABSTRACT

This study aimed to comprehend the effects of the COVID-19 pandemic on micro and small enterprise in the city of Teresina, Piauí, between 2020 and 2021. Approach employed to assess and conduct this analysis involved primary data collection through field research, utilizing structured questionnaires administered to 382 micro and small enterprises in Teresina in March 2022. The sample was distributed in approximate percentages by zones of the city, and the enterprises were randomly selected. Empirical evidence revealed mostly negative consequences for micro and small enterprise in the city of Teresina, particularly in relation to annual revenue, number of employees, opening hours, among others. Based on the data obtained, it is considered that micro and small enterprise are facing a major challenge to stand out from the negative effects caused by the pandemic. In this way, it would be important to have greater support from the public authorities aimed at strengthening micro-entrepreneurs in the city of Teresina.

Keywords: Business Economics. Health Crisis. Piauí.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 teve início em dezembro de 2019, na China, e tornou-se um desafio sanitário global. No Brasil, o primeiro caso confirmado da doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, foi no final de fevereiro de 2020, e as pessoas infectadas pelo vírus apresentavam diferentes quadros clínicos, desde pacientes assintomáticos até casos graves; e os sintomas mais frequentes eram: febre, tosse, fadiga, tontura, dor de cabeça, congestão nasal e diarreia. O intervalo do início dos sintomas até o quadro grave da doença era de 7 a 14 dias, sendo que o número de casos variava em cada país, o que dependia de algumas medidas preventivas, como distanciamento social, nível de educação e medidas sanitárias (SOUZA, 2021).

Com o objetivo de diminuir a transmissão do vírus, o número de óbitos e os novos casos, foi estabelecido um distanciamento social e, pelo menos, 186 países adotaram algum tipo de restrição ao que se relacionava à circulação das pessoas. A espera pela vacina aliada com as medidas de distanciamento social mais extremas, como o *lockdown*, foram necessárias para a redução da transmissão do vírus; por outro lado, trouxe como consequência um alto custo econômico e social para os empresários e trabalhadores, visto que os empresários tiveram que reduzir o horário de funcionamento do seu negócio e até manter fechado, afetando diretamente os trabalhadores, pois com o fechamento do empreendimento os empresários não conseguiam pagar o salário aos seus funcionários (XIMENES, 2021).

Segundo Nogueira (2020), o grupo econômico mais sensível aos efeitos da pandemia é aquele formado pelas micro e pequenas empresas e os autônomos, pois são negócios que possuem um capital de giro limitado e uma baixa reserva de capital físico que, no geral, enfrentam maiores dificuldades, especialmente porque uma grande parte dos trabalhadores está inserida nesse grupo econômico. Com a implementação de medidas sanitárias para conter a disseminação da COVID-19, esses segmentos econômicos foram afetados e, com eles, a maior parte dos trabalhadores ficou desempregada ou tiveram seus salários suspensos, ou redução na carga horária de trabalho.

Considerando as restrições para o funcionamento das empresas, o aumento do desemprego e a escassez de estudos a respeito do impacto provocado pela pandemia da COVID-19 no Piauí, esta pesquisa tem por justificativa trazer informações do cenário econômico das micro e pequenas empresas da cidade de Teresina afetadas pela pandemia. Acredita-se que será de grande relevância econômica, pois proporcionará uma maior

visibilidade da situação dos empresários e trabalhadores afetados pela pandemia, além de contribuir para o meio acadêmico, devido à disponibilidade de dados e informações primárias para pesquisas futuras.

Diante desse contexto, acredita-se também que este estudo seja relevante do ponto de vista social, pois a população é impactada indiretamente com os efeitos sofridos pelas empresas no atual cenário. A sociedade continua vivenciando a pandemia, com a necessidade de reinvenção das pessoas e empresas a cada dia para encontrar maneiras de sobressair do atual cenário. Nesse sentido, a indagação que orienta esta pesquisa é saber: quais os efeitos da pandemia da COVID-19 nas micro e pequenas empresas da cidade de Teresina, e as principais medidas adotadas por essas empresas para superar a crise? Partindo-se dessa problemática, a hipótese adotada nesta investigação consiste de que as micro e pequenas empresas têm sido afetadas negativamente pela crise sanitária da COVID-19.

Para responder ao referido questionamento, este estudo teve como objetivo geral conhecer os impactos da pandemia da COVID-19 nas micro e pequenas empresas da cidade de Teresina- Piauí, entre 2020-2021. Especificamente, caracterizar as micro e pequenas empresas da cidade de Teresina, identificando as mudanças ocorridas durante a pandemia da COVID-19, bem como a descrição das medidas estratégicas adotadas para enfrentar e contornar os efeitos da crise. Para o cumprimento desses objetivos, utilizaram-se dados primários coletados por meio da pesquisa de campo realizada no mês de março de 2022. Com essa intenção, este estudo pretende contribuir para a necessidade de implementação de políticas públicas locais, voltadas às micro e pequenas empresas que ainda estão no processo de recuperação do período da pandemia.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Após essa de caráter introdutório, a segunda apresenta uma breve revisão de literatura; a terceira trata dos aspectos metodológicos da pesquisa; a quarta traz a apresentação e análise dos resultados da pesquisa e, na quinta seção, as considerações finais.

2 BREVE REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Micro e Pequenas empresas

As micro e pequenas empresas atuam, no geral, na modalidade varejo, que corresponde à venda de produtos e serviços diretamente ao consumidor final para satisfazer

suas necessidades pessoais, e inclui todas as atividades relacionadas à venda de produtos ou serviços para uso pessoal e não comercial. Por essa razão, uma empresa varejista é qualquer empreendimento em que a receita provém principalmente da venda de pequenos lotes no comércio, seja pessoalmente, por correio, por telefone, máquinas de venda automática, internet, loja, nas ruas, na casa do consumidor e assim por diante (KOTLER; KELLER, 2006).

As micro e pequenas empresas contribuem de forma expressiva para a geração da riqueza e renda na econômica brasileira. Santos, Krein e Calixtre (2012) ressaltam que elas têm um papel essencial para a ampliação econômica do país, em quantidade e abrangência, tornando-se fomentadoras de geração de empregos, inserção social e outros benefícios que proporcionam o fortalecimento da economia nacional. Zica e Martins (2008) contribuem ao comentarem que elas se assemelham às de maior porte, pois também envolvem pessoas, desempenham papéis específicos e se organizam a partir de conhecimentos adquiridos.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2011, as micro e pequenas empresas foram responsáveis pela geração de emprego de 67% da população economicamente ativa do país no ambiente urbano, e contribuíram com 20% para a ampliação de riquezas produzidas no Brasil.

O Estatuto das micro e pequenas empresas foi criado pela Lei Complementar n°.123/2006 com o objetivo de regulamentar tratamento favorecido, simplificado e diferenciado às micro e pequenas empresas. Esse regulamento considera o porte de cada empresa através da receita bruta anual, enquanto o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE e a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS consideram o número de empregados que a empresa possui (SILVA, 2015).

O critério para classificação das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) pela receita bruta anual auferida tem como base a Lei 123/2006, alterada pela Lei 155/2016, conhecida como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sendo as microempresas divididas em dois segmentos: possuem até 9 colaboradores, cujo setor de atuação é o comércio e a prestação de serviços e apresentam faturamento anual bruto de até R\$360.000,00; e as microempresas que possuem até 19 colaboradores, que atuam no setor da indústria e com faturamento também de até R\$360.000,00. Já as empresas de pequeno porte são divididas em empresas que dispõem de 10 a 49 colaboradores no ramo de comércio e serviço, com faturamento anual bruto de R\$360.000,00 a R\$4.800.000,00, ou aquelas empresas do segmento industrial que possuem entre 20 a 99 colaboradores, cujo faturamento anual bruto está situado entre R\$3600.000,00 a 4.800.000,00 (SANTOS, 2012).

No estudo de Longaray *et al* (2018), os autores mencionam que os pequenos negócios equivalem a 98,5% dos empreendimentos no Brasil, respondendo por mais de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e cerca de 12,4 milhões de optantes pelo Simples Nacional. Ademais, as micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no comércio brasileiro, uma vez que respondem por 53,4% do PIB desse setor. No PIB da Indústria, a participação das micro e pequenas empresas corresponde a 22,5; e no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional, cujo percentual é igual a 36,3%.

De acordo com Nicolsky (2007), quando as MPEs inovam em seus processos e produtos, elas ficam mais competitivas em relação aos seus concorrentes, elevando, assim, suas possibilidades de sucesso e longevidade dos negócios. Fleck (2003) ratifica que a medida de sucesso de uma empresa está na sua habilidade de sobreviver nesse ambiente competitivo. Enquanto Costa *et al.* (2020) contextualizam que a capacidade de duração do negócio está vinculada a uma procura por inovação, nas soluções e nas respostas para os desafios do comércio.

2.2 As micro e pequenas empresas no Brasil no cenário da COVID-19

A doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) surgiu no final do ano de 2019, na China, e se distribuiu em maior ou menor escala em vários países do mundo. Devido à rapidez da propagação do vírus e da gravidade da doença, os países sentiram a necessidade de fechar suas fronteiras e cidades inteiras e estimularam o isolamento horizontal, forçando o fechamento do comércio local. No Brasil, no dia 6 de fevereiro, foi decretada a lei de Nº 13.979/20 que determinava as medidas adotadas pelo governo brasileiro referente ao enfrentamento da COVID-19, impondo o isolamento social e a quarentena, resguardando apenas os serviços públicos e atividades essenciais, como supermercados, farmácias e padarias (RODOVALHO, 2021).

O Índice Cielo do Varejo Ampliado e o Sebrae (2020), baseando-se nas características dessa crise sanitária e observando os impactos nos demais países que apresentaram aumento de casos anterior ao Brasil, observaram que alguns segmentos foram especialmente afetados, podendo citar, como exemplo, o setor de varejo que apresentou, em seu faturamento, queda de 29,5%; o setor de bens duráveis obteve uma queda de -43,5%; já o setor de bens não duráveis, apresentou uma queda igual a 2,4%; com tendência semelhante, o setor de serviços apresentou, relativamente, um percentual maior de redução igual a -60,7 no período acumulado.

A literatura menciona que não é a primeira pandemia que acontece no mundo, mesmo que uma seja diferente da outra, vale a pena buscar semelhanças existentes entre as pandemias ocorridas na história. É certo que elas tiveram impacto na economia e nos empreendimentos, assim como a pandemia da COVID-19, e que o poder público teve um papel importante em todas as crises sanitárias provenientes de pandemias, principalmente nas iniciativas para diminuir o impacto na saúde pública e buscando proteger o segmento produtivo de modo geral (NASSIF *et al.*, 2020).

O primeiro caso de COVID-19 foi identificado em dezembro de 2019, na China, e, em março de 2020, a doença foi reconhecida formalmente como pandemia pela Organização Mundial da Saúde, causando impactos na saúde, sociedade e economia. Com isso, foi necessário a busca de novas estratégias para tratá-la da forma mais adequada possível, pois refere-se a uma doença infecciosa, com facilidade de disseminação e pouco conhecida pelos cientistas, autoridades e profissionais da saúde. Na intenção de conter a propagação do vírus e reduzir o número de pessoas internadas nas unidades de terapia intensiva, os governos decidiram adotar medidas sanitárias restritivas, que ocorreram de forma distinta em cada Unidade da Federação e município. Uma dessas medidas, o isolamento social, impactou, em algum grau, os setores econômicos, especialmente o setor de serviços. Nesse sentido, as pequenas empresas que atuam efetivamente nesse segmento econômico foram as mais afetadas, pois a maioria não possui um planejamento para seu negócio e as decisões são tomadas de forma intuitiva ou com base em experiências anteriores. Outro fator que contribuiu para que esses pequenos negócios fossem os mais afetados é o fato de eles possuírem, em média, apenas 23 dias de caixa para se manterem, enquanto permanecem fechados (BERNADES *et al.*, 2020).

A ausência de capital de giro nas micro e pequenas empresas pode gerar grandes desafios para o negócio, como a escassez de recursos financeiros para adquirir equipamentos e obter matérias-primas. Contudo, as dificuldades enfrentadas por essas empresas vão além da falta de capital de giro; muitas não conseguem resistir a esses obstáculos e acabam fechando as portas nos primeiros anos de atividade. Entre os desafios que precisam ser superados estão a alta carga tributária, a falta de clientes, a concorrência acirrada e os problemas financeiros (FERREIRA *et al.*, 2011).

O Sebrae (2020) identificou que cerca de 10,1 milhões de empresas pararam de funcionar temporariamente, 2,1 milhões por decisão da empresa e 8 milhões por determinação de governo. Em entrevista coordenada pelo Sebrae, foi exposto que 4,2 milhões de empresas estão em situação financeira ruim, 8,4 milhões estão em situação

razoável e 4,6 milhões estão com boa situação financeira na visão dos empresários. Contudo, os dados mostram que mesmo antes da crise, a maioria das empresas não se encontrava com boa saúde financeira decorrente de razões e fatores que antecedem à crise.

Os empresários que tinham alguma reserva financeira conseguiram negociar com seus funcionários para tirarem suas férias, descontar o banco de horas e reduzir a carga horária. Para aqueles empresários que conseguiram manter seu negócio, havia um novo desafio, pois os estabelecimentos teriam novas regras de funcionamento devido às restrições do isolamento social. Entre as medidas de funcionamento, estava a determinação de uma quantidade limitada de clientes dentro do estabelecimento. Essa medida de instalar uma quantidade determinada de clientes, não foi uma restrição apenas no Brasil, mas uma medida adotada por muitos países (SCHREIBER *et al.*, 2020).

Em suma, dada a importância das micro e pequenas empresas na economia brasileira, tanto em termos de geração de emprego quanto de contribuição para o PIB, elas têm enfrentado desafios relevantes, como a falta de capital de giro, a alta carga tributária, e a necessidade de inovação para se manterem competitivas. Com a pandemia de COVID-19, essas dificuldades se intensificaram, expondo a fragilidade financeira de muitas dessas empresas, que, em grande parte, não estavam preparadas para lidar com as restrições impostas pelo isolamento social. Apesar dos esforços de adaptação, como a negociação de férias e a implementação de novas regras de funcionamento, muitas empresas não conseguiram sobreviver.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Teresina, que possui 1.392 km² de extensão e 814.439 mil habitantes, de acordo com o Censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, e está dividida em cinco zonas: Zonas Norte, Sul, Sudeste, Leste e Centro. A pesquisa foi realizada nas cinco zonas da cidade, e a seleção das empresas que compõem a amostra foi feita de forma aleatória por zona geográfica, considerando o cálculo amostral com 95% de confiança.

3.1 Método, instrumento de coleta, tratamento dos dados

Para identificar e analisar as percepções dos impactos da COVID-19 nas micro e pequenas empresas, foram coletados dados primários por meio da aplicação de questionários nos empreendimentos selecionados em uma amostra de 382 empreendimentos. As variáveis

escolhidas foram: tempo de funcionamento da empresa, Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, quantidade de funcionários, localização, canais de vendas, principal produto/serviço, estratégias para aumentar as vendas no período de restrição do funcionamento dos serviços não essenciais, número de demissões e contratações, a ocorrência de alteração do faturamento, a existência de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, dentre outras.

O instrumento utilizado na coleta dos dados foi o questionário, que procurou atender aos objetivos desta pesquisa. Para isso, foi elaborado e composto de 21 perguntas fechadas, com alternativas dicotômicas e de múltiplas escolhas. O questionário foi feito por elaboração própria e disponibilizado aos entrevistados em um formulário do *Google Forms*, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme regulamentação do Conselho Nacional de Saúde. Após a coleta, os dados foram tratados para facilitar as análises e interpretação dos resultados.

A coleta dos dados ocorreu na cidade de Teresina, em março de 2022. Foi realizada tanto de forma *on-line* quanto presencial, dado o maior controle da pandemia da COVID-19 no Piauí, seja em números de casos e/ou de mortes pela doença. Nesse sentido, quando a coleta ocorria de forma virtual, o entrevistado recebia um *link* do questionário para responder e, em seguida, enviava ao solicitante, etapa que ocorreu normalmente, sem transtornos; na forma presencial, a coleta foi realizada em cada empreendimento e, para garantir uma maior segurança, foram tomados todos os cuidados necessários para evitar a disseminação do coronavírus (uso de máscara facial e álcool em gel). Os dados foram tratados e disponibilizados em gráficos para facilitar a compreensão da análise e demonstração dos resultados.

3.1.1 Aspectos éticos e legais

Esta pesquisa foi submetida à apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella (UFPI/CMPP), sob o Parecer nº 5.254.528, sendo obedecidos os preceitos éticos referentes à Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2016).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

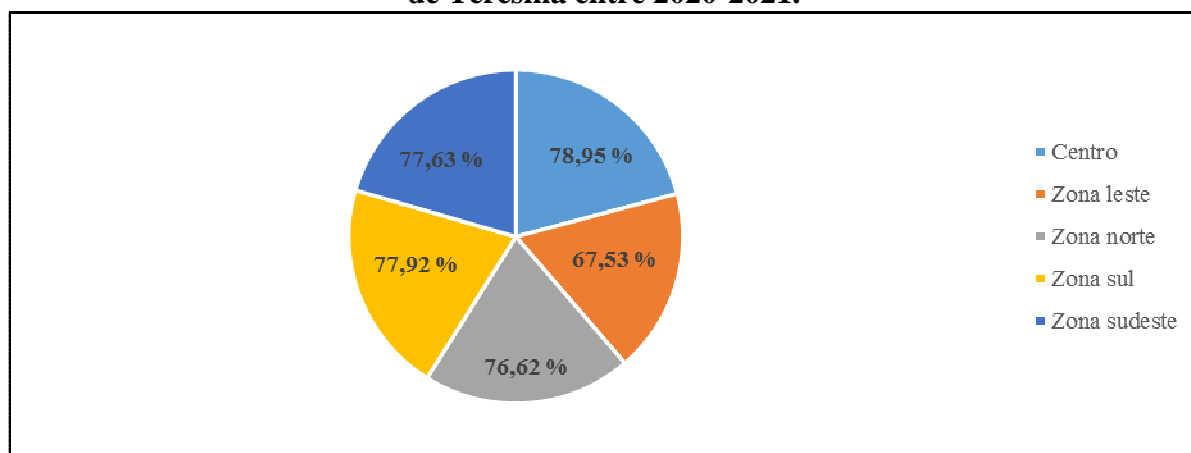
Com o objetivo de conhecer os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 nesses empreendimentos de pequeno porte, a análise dos resultados foi dividida em duas partes: a primeira parte aborda a caracterização desses micro e pequenos empreendimentos e a segunda, trata da percepção dos entrevistados em relação aos impactos provocados pela pandemia da COVID-19, no período 2020-2022, e que medidas foram adotadas diante dessa crise sanitária.

4.1 Caracterização das micro e pequenas empresas da cidade de Teresina

4.1.1 Localização por zona geográfica

O Gráfico 1 mostra a distribuição das empresas entrevistadas por zona geográfica da cidade de Teresina. De acordo com as informações disponíveis, é possível observar que a zona leste é composta por 67,53% das empresas entrevistadas com faturamento anual igual ou inferior a 81.000,00 reais. A zona norte possui 76,62% das empresas com faturamento anual igual ou inferior a 81.000,00 reais. A zona sul conta 77,92% das empresas com um faturamento anual igual ou inferior a 81.000,00 reais. A zona sudeste possui 77,63% das empresas com um faturamento anual igual ou inferior a 81.000,00 reais, enquanto o centro conta com 78,95% das empresas com faturamento anual igual ou inferior a 81.000,00.

Gráfico 1- Distribuição percentual das micro e pequenas empresas por zona geográfica de Teresina entre 2020-2021.

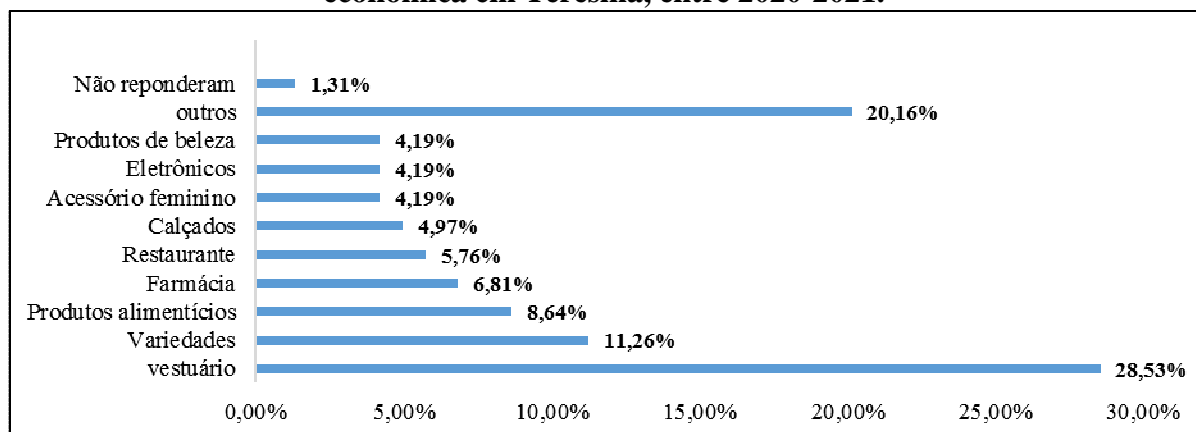


Fonte: elaboração própria, com base na pesquisa de campo (2022).

4.1.2 Tipo de atividade econômica

Quanto ao tipo de atividade econômica, as empresas foram distribuídas conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE. De acordo com o Gráfico 2, verificou-se que 28,53% das empresas da amostra exercem a atividade de comércio de vestuário, enquanto 20,16% das empresas exercem outras atividades, entre elas estão: comércio de material de construção, livraria, papelaria, peças de automóveis, salão de beleza, academia, confeitaria, comércio de suplementos, comércio de bebidas, perfumaria, *petshop*. Em seguida, o comércio de variedades aparece com 11,26% do total de empresas entrevistadas, na sequência, segue o comércio de produtos alimentícios com 8,64%, o setor farmacêutico com 6,81%, restaurante com 5,76%, comércio de calçados com 4,97%, comércio de acessórios femininos, comércio de eletrônicos e comércio de produtos de beleza com 4,19%.

Gráfico 2- Distribuição percentual do número de empresas entrevistadas, por atividade econômica em Teresina, entre 2020-2021.



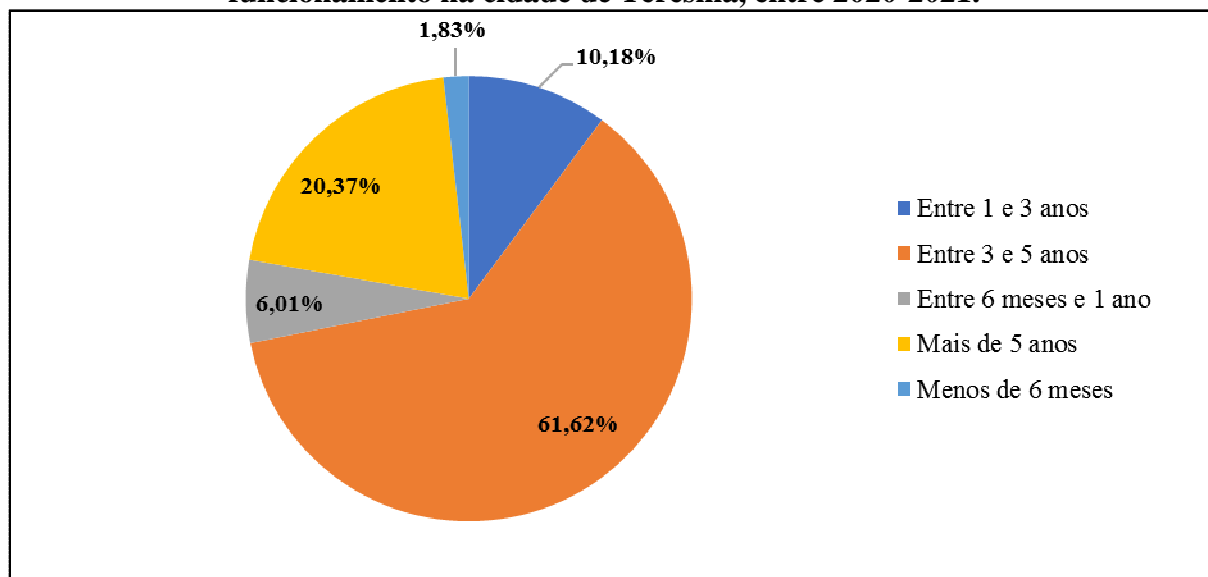
Fonte: elaboração própria com base na pesquisa de campo (2022).

4.1.3 Tempo de funcionamento no mercado

O Gráfico 3 apresenta informações relacionadas ao tempo de funcionamento das empresas entrevistadas. Com isso, observa-se que a maior parte já atua no mercado há mais de dois anos, ou seja, 61,62% apresentaram entre 3 e 5 anos de funcionamento e 20,37% estão há mais de 5 anos; sendo os menores percentuais observados para aquelas empresas entre seis meses e 1 (um) ano de funcionamento, ou seja, 10,18% estão entre 1 e 3 anos, 6,01% estão entre 6 meses e 1 ano e 1,83% estão com menos de 6 meses de funcionamento. Fica evidente que, entre os entrevistados, há predominância das empresas com

funcionamento entre 3 e 5 anos. As empresas com funcionamento entre 3 e 5 anos estão distribuídas por zona, da seguinte maneira: a zona sudeste com 15,14% das empresas, zona norte com 13,58%, zona sul com 11,49%, centro com 10,97% e zona leste com 10,44%. Já as empresas com menos de 6 meses de funcionamento estão presentes nas zonas de Teresina da seguinte forma: zona sul com 0,78%, zona leste e centro com 0,52% das empresas. Os principais segmentos de atuação das empresas com tempo de funcionamento entre 3 e 5 anos são: vestuário com 30,08%, comércio de variedades com 12,71% e comércio de produtos alimentícios com 8,05%.

Gráfico 3- Distribuição percentual das micro e pequenas empresas por tempo de funcionamento na cidade de Teresina, entre 2020-2021.



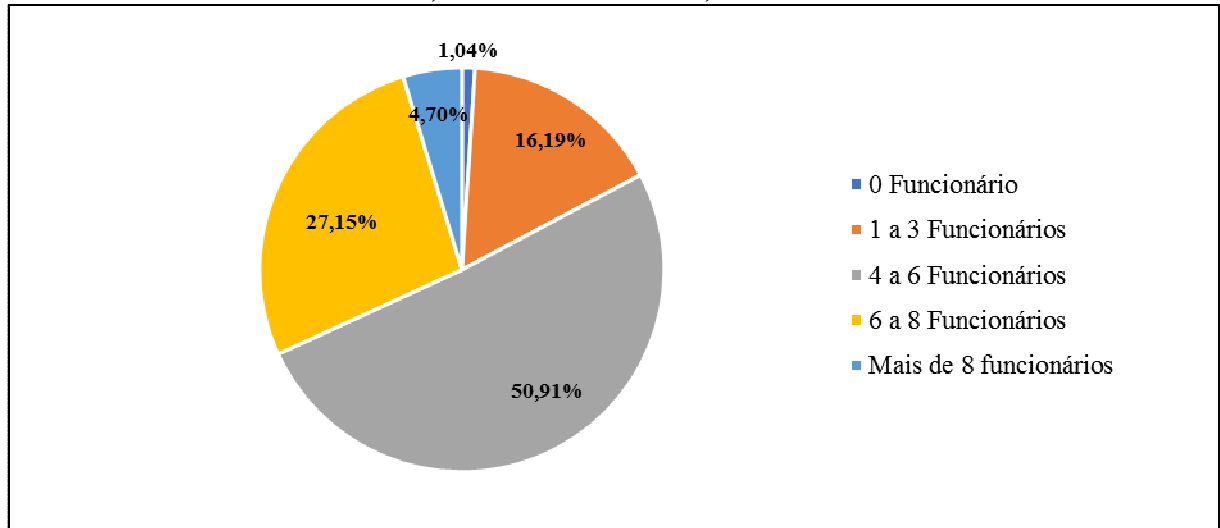
Fonte: elaboração própria com base na pesquisa de campo (2022).

4.1.4 Quantidade de funcionários

O Gráfico 4 mostra informações sobre o número de funcionários das empresas entrevistadas. Observou-se que 50,91% das empresas possuem entre 4 e 6 funcionários, 27,15% entre 6 e 8 funcionários, 16,19% entre 1 e 3 funcionários, 4,70% mais de 8 funcionários e 1,04% declararam não terem nenhum funcionário. Diante das informações, pode-se destacar que a maioria dos respondentes possui entre 4 e 6 funcionários e que apenas uma pequena parcela não possui funcionário. As empresas que possuem entre 4 e 6 funcionários estão distribuídas por zona da seguinte maneira: zona sudeste com 24,10%, zona sul com 21,03%, zona norte e centro com 18,46%, zona leste com 17,95%. O

faturamento anual de 80,51% das empresas que possuem entre 4 e 6 funcionários é igual ou inferior a 81.000,00 reais.

Gráfico 4- Distribuição percentual das micro e pequenas empresas, por quantidade de funcionários, na cidade Teresina, entre 2020-2021.

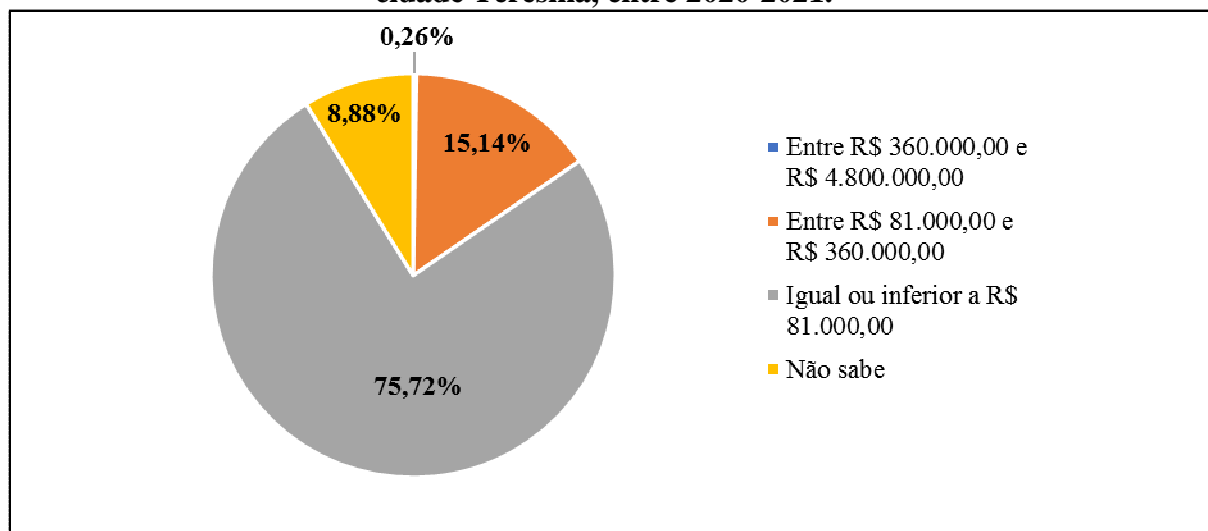


Fonte: elaboração própria, com base na pesquisa de campo (2022).

4.1.5 Faturamento anual

Quanto ao faturamento anual das micro e pequenas empresas, a pesquisa de campo revelou que 75,72% obtêm um faturamento anual igual ou inferior a 81.000,00 reais e apenas 15,14% possuem um faturamento anual entre 81.000 e 360.000 reais. Diante das informações, é possível perceber que as empresas com um maior faturamento anual apresentaram baixa representatividade na amostra pesquisada. É notável que algumas empresas não conhecem com precisão o seu faturamento anual, apontando que ainda falta organização financeira com relação ao faturamento, conforme informações do Gráfico 5.

Gráfico 5- Distribuição percentual das micro e pequenas, por faturamento anual, na cidade Teresina, entre 2020-2021.



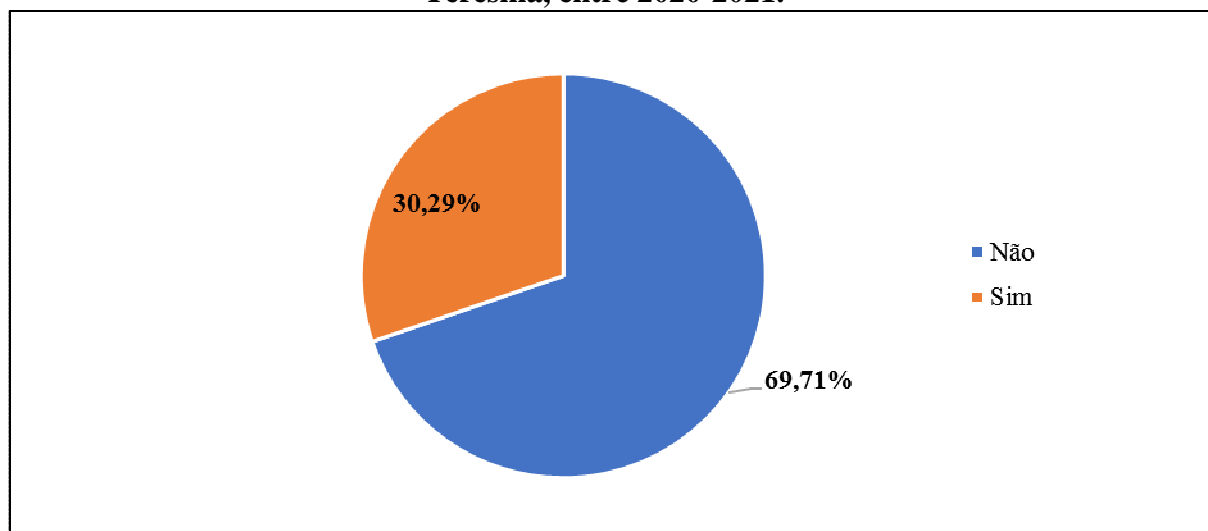
Fonte: elaboração própria, com base na pesquisa de campo (2022).

A pesquisa revela que a maior parte das empresas entrevistadas são microempresas e que apenas 0,26% são empresas de pequeno porte, com base na legislação específica (Lei 123/2006) e na sua alteração (Lei 155/2016), conhecida como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sendo as microempresas divididas em dois segmentos: possuem até 9 colaboradores, cujo setor de atuação é o comércio e a prestação de serviços, e apresentam faturamento anual bruto de até R\$360.000,00; e as microempresas que possuem até 19 colaboradores, que atuam no setor da indústria e com faturamento também de até R\$360.000,00. Já as Empresas de pequeno porte são divididas em empresas que dispõem de 10 a 49 colaboradores no ramo de comércio e serviço, com faturamento anual bruto de R\$360.000,00 a R\$4.800.000,00 ou aquelas empresas do segmento industrial que possuem entre 20 a 99 colaboradores, cujo faturamento anual bruto está situado entre R\$3600.000,00 a 4.800.000,00 (SANTOS, 2012).

4.1.6 Canal de vendas *on-line*

Em relação a lojas *on-line*, o Gráfico 6 mostra que 69,71% dos entrevistados afirmam não utilizar esse tipo de canal na venda de seus produtos, enquanto apenas 30,29% possuem esse canal para vendas. Esse aspecto é importante para mostrar que as empresas ainda têm que explorar o comércio eletrônico, que vem crescendo a cada ano.

Gráfico 6- Distribuição percentual das micro e pequenas com loja on-line, na cidade Teresina, entre 2020-2021.



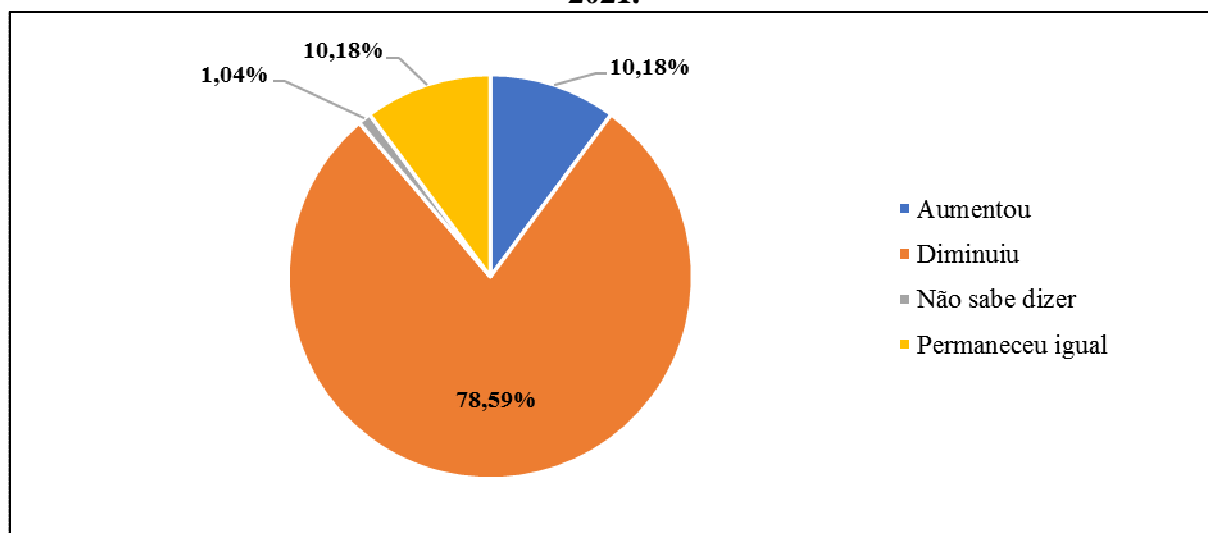
Fonte: elaboração própria, com base na pesquisa de campo (2022).

4.2 Impactos da pandemia da COVID-19 sobre as micro e pequenas empresas da cidade de Teresina no período 2020-2021

4.2.1 Mudança no faturamento anual

Com as restrições impostas pelas medidas sanitárias para controlar a disseminação do novo coronavírus e reduzir o número de pessoas infectadas e/ou mortas pela COVID-19, a pesquisa revelou que 78,59% das empresas pesquisadas afirmaram que seu faturamento anual diminuiu no período 2020-2021, enquanto 10,18% tiveram aumento no faturamento anual ou permaneceram com o mesmo faturamento. Com isso, é possível perceber que a pandemia afetou, em maior e/ou menor grau, o faturamento anual da maior parte das empresas entrevistadas. As empresas que tiveram seu faturamento anual reduzido estão distribuídas por zona da seguinte maneira: zona sudeste com 22,92% do total de empresas entrevistadas, zona norte com 21,26%, centro com 19,60%, zona sul com 18,27% e zona leste com 17,94%. As empresas do segmento de vestuário, variedades e produtos alimentícios foram as mais afetadas quanto à queda do faturamento anual. Quando analisado o porte das empresas que afirmaram ter apresentado redução do faturamento anual durante a pandemia, com 70,40% do total de empresas que tiveram redução, as microempresas foram as mais afetadas. A pesquisa mostrou que 65,54% das empresas afirmaram estar em uma situação boa antes da pandemia, 20,63% em uma situação razoável e 0,26% das empresas disseram estar em uma situação ruim e/ou péssima.

Gráfico 7- Distribuição percentual dos efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o faturamento anual das micro e pequenas empresas na cidade Teresina, entre 2020-2021.



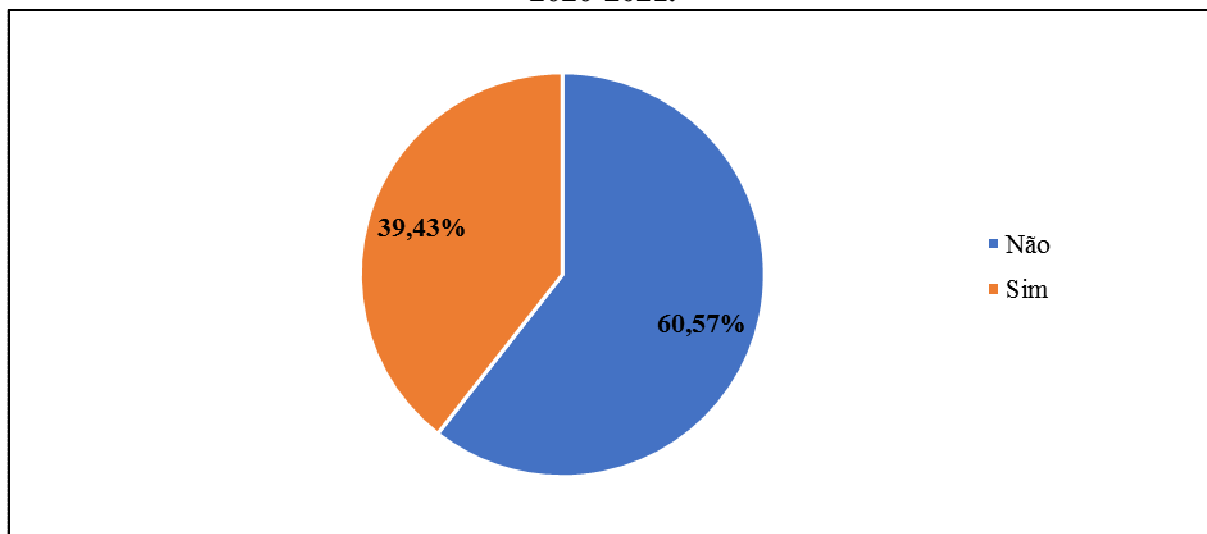
Fonte: elaboração própria, com base na pesquisa de campo (2022).

4.2.2 Demissão de funcionários

Sobre a demissão de funcionários durante a pandemia da COVID-19, o Gráfico 8 mostra que 39,43% das empresas entrevistadas tiveram que demitir funcionários e 60,57% afirmaram que não houve demissão nesse mesmo período.

No caso das empresas que demitiram funcionários, 27,68% afirmam ter demitido entre 1 e 3 funcionários, enquanto 9,66% demitiram entre 3 e 5 funcionários. Mostrando que, mesmo com as medidas de incentivo do governo, não foi possível evitar os efeitos da pandemia sobre o número de colaboradores. Os empresários afirmaram que tiveram de assumir dívidas para conseguir manter os funcionários, alguns assumiram a responsabilidade para evitar a burocracia de buscar os incentivos do governo, com isso, assumiram o risco de sofrer as consequências.

Gráfico 8- Distribuição percentual dos efeitos da pandemia da COVID-19 sobre a demissão de funcionários nas micro e pequenas empresas da cidade Teresina, entre 2020-2021.

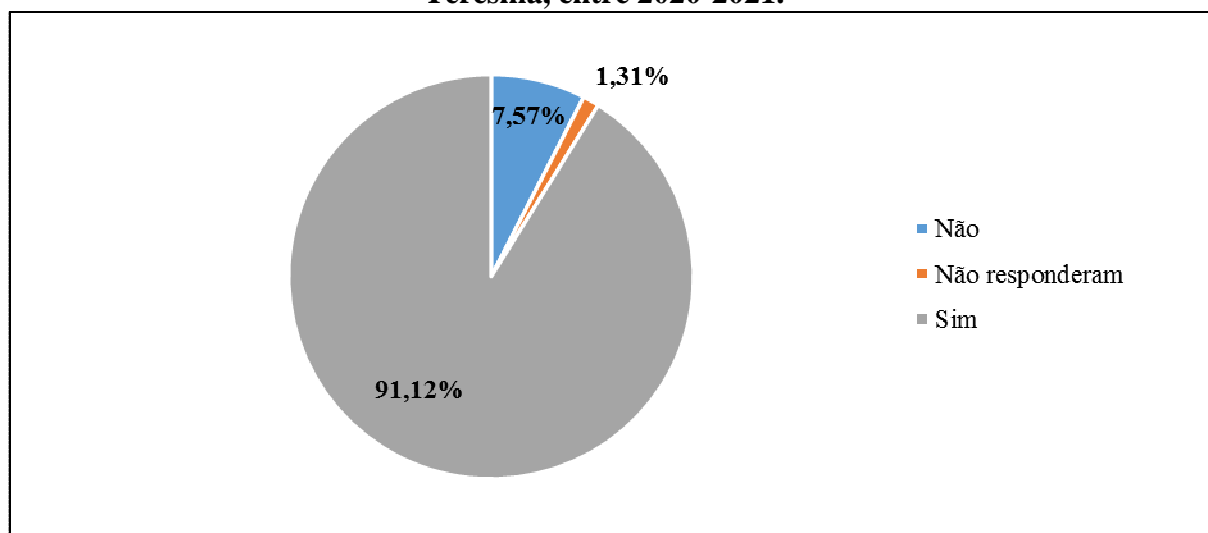


Fonte: elaboração própria, com base na pesquisa de campo (2022).

4.2.3 Percepção das consequências negativas da pandemia e estratégias adotadas para superação da crise

Quando os entrevistados foram indagados sobre as consequências negativas advindas com a pandemia da COVID-19 sobre os seus empreendimentos, 91,12% consideraram ter sido afetados negativamente, conforme o Gráfico 9; particularmente em relação à redução no faturamento do empreendimento, na demissão de funcionários e dificuldades em conseguirem pagar todas as despesas mensais. Em consequência disso, foram necessárias adoções de medidas de gestão inovadoras e novas escolhas de processos, citando, como exemplo, a ampliação da área de atuação da empresa e sua inserção no meio virtual, além da criação de programas de fidelidade para o cliente, a melhoria no atendimento, a revisão da estratégia de preço, a criação de promoções e a entrega de produtos ao cliente feita de forma gratuita.

Gráfico 9- Distribuição percentual das consequências negativas da pandemia e das estratégias adotadas para superação da crise nas micro e pequenas empresas da cidade Teresina, entre 2020-2021.



Fonte: elaboração própria, com base na pesquisa de campo (2022).

4.2.4 Estratégias adotadas para evitar a demissão de funcionários

Em relação às medidas adotadas para evitar a demissão dos funcionários durante a pandemia, a mais adotada foi a redução do salário com o complemento de seguro-desemprego com 32,64%, em seguida, a suspensão do contrato de trabalho com 13,32%, a diminuição da jornada de trabalho com redução de salários representou 12,01%. Enquanto 26,63% das empresas afirmaram não ter adotado nenhuma medida em relação aos funcionários durante a pandemia. Das empresas que adotaram alguma medida em relação aos funcionários para superar a crise instalada pela pandemia, 30,60% pertencem ao segmento de vestuário, seguida pelo segmento de variedades com 12,46%, setor de produtos alimentícios com 7,12% e 49,82% de outros segmentos. Como forma de conter a crise, 24,54% das empresas adotaram estratégias, como lançar ou comercializar novos produtos ou serviços e 11,35% lançaram ou passaram a comercializar novos produtos ou serviços, alteraram o método de entrega de produtos ou serviços e a mudança para serviços *on-line*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de conhecer os impactos da pandemia da COVID-19 nas micro e pequenas empresas da cidade de Teresina-Piauí, entre 2020 e 2021, foi possível constatar a ocorrência de efeitos negativos e positivos dessa crise sobre os empreendimentos de

pequeno porte, tanto no aspecto econômico-financeiro, social, de logística e na forma de gerenciamento do negócio.

As evidências dos impactos negativos reveladas nesta pesquisa consistiram nas dificuldades de muitas empresas entrevistadas não conseguirem reabastecer seus estoques, pois os fornecedores também foram afetados com a pandemia; com a redução das vendas, foi necessário baixar os preços dos produtos para que pudessem renovar o estoque e atrair mais clientes; além disso, muitas revelaram sentirem dificuldades em contornar a ausência dos funcionários que foram contaminados com a doença, pois como os funcionários presentes não conseguiam atender os clientes de forma eficiente, trazendo como consequência impacto na redução das vendas; além disso, os trabalhadores também foram impactados, pois com a redução do número de transporte coletivo nas ruas, eles tiveram dificuldades de chegar ao trabalho, afetando, assim, seu horário de trabalho. Para tentar solucionar a questão do deslocamento até o trabalho, eles optavam por transporte particular.

Por outro lado, alguns empresários afirmaram ter percebido impactos positivos, como a inserção no meio virtual, sendo possível compensar a queda nas vendas presenciais; a capacidade da empresa se reinventar para se destacar no mercado; a atenção voltada ao próximo, em que eles presenciaram situações delicadas por causa da doença COVID-19. De certa forma, os entrevistados afirmaram a existência de muitos desafios para se manterem com o empreendimento em funcionamento durante a pandemia.

Como sugestão para trabalhos futuros, seria importante a continuidade de estudos sobre o impacto da pandemia da COVID-19, não apenas nas micro e pequenas empresas, mas na sociedade como um todo, expandindo a área de estudo, visto que os reflexos da pandemia são de longo prazo. É importante ficar atento ao período pós-pandemia, em que a sociedade terá passado por grandes transformações econômicas e sociais.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, J. R *et al.* Os impactos financeiros da COVID-19 nos negócios. **Revista da FAESF**, v. 4, 2020.

BORBA, M. G. **Retorno sobre o investimento em ferramentas de mídias sociais**: um estudo exploratório na biblioteca universitária da Faculdade de Letras – UFRJ, 2017. Dissertação (Mestre em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Brasil. (2006). **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o

Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

_____. Conselho Nacional de Saúde. (2016). **Resolução nº 510/2016**. Recuperado em 31 de outubro de 2017, de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

COSTA, W. P. L. B. *et al.* "Utilização da Contabilidade Gerencial nas Micro e Pequenas Empresas". **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, vol. 2, n. 2, 2020.

DA SILVA, M. L *et al.* **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do COVID-19: impactos e reflexões**. Observatório Socioeconômico da COVID-FAPERGS, 2020.

DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, R *et al.* Pacote econômico governamental e o papel do BNDES na guerra contra o novo coronavírus. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 4, p. 27-39, 2020.

DE REZENDE, A. A *et al.* A reinvenção das vendas: as estratégias das empresas brasileiras para gerar receitas na pandemia de COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 6, p. 53-69, 2020.

DONATO, C. O conceito do varejo e a importância da tomada de decisão! Administradores.com. [S. l.]. João Pessoa. <https://administradores.com.br/artigos/o-conceito-do-varejo-e-a-importancia-da-tomada-de-decisao>. (2012)

ENDEAVOR. **Navegando pela crise**. Benchmarks Endeavor. Abr. 2020. Disponível em: <https://endeavor.org.br/pessoas/scaleups-navegando-crise/>. Acesso em: 25 mar. 2021

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Vol. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, O. F. T. "A sobrevivência das pequenas empresas no desenvolvimento capitalista." **Brazilian Journal of Political Economy** 30 (2010): 124-139.

KOTLER, P; KELLER, K. L (2006). **Administração de Marketing**. Pearson Prentice Hal

LIMA FILHO, D. O. *et. al.* (2006). Redes de Cooperação no Varejo Alimentar de Vizinhança: Percepções dos Associados. *Gestão & Produção*. São Carlos, v.13, n.2, p.311-324, mai.-ago. 2006. <https://www.scielo.br/pdf/gp/v13n2/31176.pdf>.

LONGARAY, A *et al.* Análise do emprego do F-commerce como impulsionador do desempenho organizacional em micro e pequenas empresas no Brasil. **RISTI - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**. N.º 27, 06/2018MELO, Natália Maximo. "Sebrae e empreendedorismo: origem e desenvolvimento." (2008).

MARCELINO, J. A *et al.* "Impactos iniciais da COVID-19 nas micro e pequenas empresas do estado do Paraná-Brasil." **Boletim de Conjuntura (BOCA)** 2.5 (2020): 101-112.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, A. C.; PRADO, N. B.; CUNHA, C. F. COVID-19 e modelos de gestão nas micro e pequenas empresas: qual a melhor saída? **Revista Expectativa**, Toledo, v. 20, n. 1, p. 50-72, 2021.

NASSIF, V. M. J *et al.*, Estão os empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais? Uma reflexão à luz da pandemia do COVID-19. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, 2020, 9.2: 1-12.

NOGUEIRA, M. O *et al.* "Socorro governamental às pequenas unidades produtivas frente à atual pandemia." (2020).

OLIVEIRA, M. E. R. **Microempreendedorismo familiar na Pandemia da COVID-19: um estudo de caso sobre a Loja Neide Tortas e Bolos**. Monografia (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2021.

RODOVALHO, J. B; FAÇANHA NETO, I. F. **COVID-19 e os desafios dos pequenos negócios: um estudo sobre as estratégias de atendimento utilizadas pelo Sebrae-MA**. *Braz. J. of Bus.*, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 3530-3549, out./dez.. 2021.

ROUBICEK, M. **O pacote trilionário dos EUA para combater a crise do coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/25/O-pacote-trilion%C3%A1rio-dos-EUA-para-combater-a-crise-do-coronav%C3%A1rus>. Acesso em: 25 de fev. de 2022

SANTOS, A. L; KREIN, J. D.; CALIXTRE, A. B. (Org.). **Micro e pequenas empresas: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: **Ipea**, 2012.

SILVA SARAIVA, A. F. *et al.* "Alocação Espacial e Associações Geográficas das Micro e Pequenas Empresas nos Setores Produtivos da Microrregião de Imperatriz-Ma, Brasil". **Gestão & Regionalidade**, vol. 36, n. 107, 2020.

SCHREIBER, D, *et al.* O impacto da crise pelo COVID-19 nas micro e pequenas empresas. **Revista Vianna Sapiens**, v. 12, n. 1, p. 30-30, 2021.

SEBRAE (2018). **Análise o mercado antes de tomar decisões**. Sítio web: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/analise-o-mercado-antesde-tomar-decisoes,500d7e0805b1a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>.

SEMPPLAN (Secretária Municipal de Planejamento). **História de Teresina**. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/historia-de-teresina/>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SEMPPLAN (Secretária Municipal de Planejamento). **População**. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/teresina-em-numeros/>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SOUSA, A. D'P. M. **Os pequenos empreendimentos e o planejamentos de suas atividades frente à pandemia da COVID-19 em São Luís do Maranhão**. Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA. 2020.

Souza, A. S. R *et al.* "Aspectos gerais da pandemia de COVID-19." **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** **21** (2021): 29-45.

SURVEYMONKEY. **Calculadora de tamanho de amostra.** Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

XIMENES, R. A. A *et al.* "COVID-19 no Nordeste do Brasil: entre o lockdown e o relaxamento das medidas de distanciamento social." **Ciência & Saúde Coletiva** **26** (2021): 1441-1456. 12

ZOUAIN, D. M *et al.* Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, 2011, 45: 863-884.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

OLIVEIRA, T. C; LIMA, E. S. Percepção dos Impactos da Pandemia da Covid-19 nas Micro e Pequenas Empresas de Teresina Entre 2020-2021, **Rev. FSA**, Teresina, v. 21, n. 5, art. 14, p. 87-108, nov. 2024.

Contribuição dos Autores	T. C. Oliveira	E. S. Lima
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X